EDUCAÇÃO INFANTIL AMBIENTAL PARA A JUSTIÇA CLIMÁTICA: A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO POTÊNCIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Eliandra Cardoso Carvalho
Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-2853-6697
Endereço eletrônico: eliandracardoso94@gmail.com

Palavras-chave: educação infantil ambiental; justiça climática; formação continuada; desemparedamento; infância e natureza.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e a intensificação da crise socioambiental têm provocado reflexões acerca do papel da educação na construção de sociedades mais sustentáveis e comprometidas com a vida. Nesse contexto, a Educação Infantil ocupa lugar estratégico, uma vez que a infância constitui um período privilegiado para o desenvolvimento de vínculos afetivos com a natureza, fundamentais para a formação de sujeitos sensíveis às questões ambientais.

Entretanto, observa-se que, em muitas instituições de Educação Infantil, as experiências das crianças permanecem restritas aos ambientes internos das escolas, limitando suas possibilidades de exploração, descoberta e interação com o mundo natural, comprometendo experiências fundamentais para o desenvolvimento infantil e para a construção de relações de pertencimento com o ambiente. Assim, o desemparedamento das instituições educativas representa uma condição essencial para assegurar o direito das crianças de viver plenamente sua infância em contato com a natureza.

Foi nesse contexto que se desenvolveu a segunda edição do Curso de Aperfeiçoamento Educação Infantil Ambiental para a Justiça Climática: Crianças de um Território, Infâncias de um Planeta, promovido pelo Ministério da Educação (MEC), pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de

Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), contando, na Bahia, com o apoio do Projeto Brincando e Aprendendo, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

O município de Itacaré constituiu um dos polos formativos entre os 14 estados que participaram do curso, reunindo mais de cem professoras da Educação Infantil, além de educadoras dos municípios de Ilhéus, Una, Gandu e Teolândia.

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa que buscou compreender de que maneira a participação no curso contribuiu para a transformação das práticas pedagógicas das professoras participantes, especialmente no fortalecimento das experiências de contato cotidiano das crianças com a natureza e seus territórios.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, desenvolvida a partir do acompanhamento das cursistas desde o processo de inscrição até a conclusão do curso de aperfeiçoamento. Os dados foram produzidos por meio da observação participante durante os encontros presenciais e virtuais. O curso foi organizado em encontros síncronos virtuais e quatro encontros presenciais, desenvolvidos no município de Itacaré. As atividades envolveram estudos teóricos, oficinas, rodas de conversa, práticas corporais, vivências em trilhas, visitas a comunidades quilombolas, distritos rurais e espaços naturais do território, além da realização de experiências de desemparedamento inspiradas nas práticas desenvolvidas na Creche Indígena Oka Katuana. A análise dos dados fundamentou-se na abordagem interpretativa, buscando identificar mudanças nas concepções das professoras acerca da relação entre infância, natureza, território e justiça climática, bem como as transformações observadas em suas práticas pedagógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciaram mudanças significativas nas práticas das educadoras ao longo da formação. Nos encontros iniciais predominavam discursos que revelavam uma organização pedagógica centrada nos espaços internos das instituições. As atividades propostas

às crianças eram desenvolvidas quase exclusivamente dentro das salas de referência, enquanto os ambientes externos eram utilizados apenas em momentos recreativos.

À medida que as vivências formativas se intensificavam, especialmente aquelas realizadas em contato direto com a natureza, as professoras passaram a ressignificar suas concepções sobre os processos educativos na infância. As experiências vividas durante trilhas ecológicas, visitas as comunidades rurais e demais espaços do território de Itacaré possibilitaram que as participantes experimentassem sensações de pertencimento, contemplação, escuta, liberdade e conexão com os elementos naturais. Muitas relataram perceber, pela primeira vez, a natureza como espaço educativo e não apenas como cenário para atividades esporádicas. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva apresentada por Tiriba (2018), segundo a qual "todos os lugares são propícios às aprendizagens" , ampliando a compreensão de que os territórios constituem ambientes educativos tão relevantes quanto a própria sala de aula.

Outro aspecto relevante foi a aproximação das professoras com a proposta do desemparedamento. Inspiradas nas práticas observadas na Creche Indígena Oka Katuana, diversas cursistas passaram a desenvolver atividades permanentes nos ambientes externos das escolas e nos territórios onde vivem as crianças. Após cada encontro presencial, tornou-se recorrente o compartilhamento de relatos e registros evidenciando mudanças concretas nas práticas pedagógicas. As crianças passaram a ouvir histórias sob árvores, realizar investigações da fauna e da flora local, explorar quintais, caminhar pelos arredores das escolas, brincar livremente em ambientes naturais, observar fenômenos da natureza e desenvolver propostas artísticas utilizando elementos encontrados nos territórios.

Essas transformações demonstram que a formação continuada favoreceu processos de reflexão crítica sobre a organização dos tempos e espaços da Educação Infantil. Conforme destaca Tiriba (2018), é fundamental que os educadores retomem suas próprias memórias de infância e as relações construídas com a natureza, pois tais experiências favorecem processos de sensibilização capazes de transformar suas práticas educativas. Segundo Profice (2022), experiências educativas fundamentadas na relação cotidiana com os territórios contribuem para

fortalecer vínculos afetivos com a natureza, promovendo uma educação ambiental que ultrapassa conteúdos escolares e se constitui como experiência vivida.

As apresentações finais do curso constituíram importante evidência desse processo. Por meio expressões narrativas e registros audiovisuais, as professoras expressaram mudanças em suas formas de compreender a infância, reconhecendo que o contato cotidiano com a natureza favorece o desenvolvimento integral das crianças, amplia as oportunidades de aprendizagem e fortalece atitudes de cuidado consigo, com o outro e com o planeta. Nesse sentido, Tiriba (2018) ressalta que os processos formativos também precisam incluir o afeto, afirmando que "há que se incluir o afeto. Encantar os educadores pela natureza tal qual as crianças, e ajudá-los a acreditar que um mundo mais justo e sustentável é possível". Os resultados também apontam que a formação despertou maior consciência acerca da justiça climática, compreendida como compromisso coletivo com modos de vida sustentáveis e com a garantia do direito das crianças de viverem infâncias conectadas aos seus territórios.

CONCLUSÕES

A pesquisa evidenciou que o Curso de Aperfeiçoamento Educação Infantil Ambiental para a Justiça Climática constituiu importante estratégia de formação continuada para educadoras da Educação Infantil, promovendo mudanças nas concepções e práticas pedagógicas relacionadas à infância, natureza e território. A análise dos registros produzidos ao longo da formação revelou que as professoras passaram a reconhecer a natureza como espaço permanente de aprendizagem, incorporando práticas de desemparedamento, exploração dos territórios e valorização das experiências das crianças em ambientes naturais.

Os resultados evidenciaram que o desemparedamento das infâncias representa mais do que a utilização de espaços externos; trata-se de uma mudança de concepção pedagógica que reconhece os territórios, as comunidades e a natureza como espaços legítimos de aprendizagem. Da mesma forma, aproximam-se das contribuições de Profice (2022), ao demonstrarem que o fortalecimento dos vínculos entre crianças, natureza e territórios constitui fundamento para uma educação ambiental comprometida com a justiça climática.

Conclui-se que processos formativos fundamentados na educação ambiental crítica, na valorização dos territórios e nas experiências sensíveis com a natureza podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça climática e com o desenvolvimento integral das crianças. Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para o fortalecimento de políticas públicas de formação docente que promovam uma Educação Infantil mais conectada aos territórios, às culturas locais e à defesa da vida em todas as suas formas.

REFERÊNCIAS

PROFICE, Cristiane. **Infâncias, natureza e educação ambiental.** Ilhéus: Editus, 2022.

TIRIBA, Lea. **Crianças, natureza e educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2018.

TIRIBA, Lea. **Desemparedamento da infância**: a escola como lugar de encontro com a natureza. Rio de Janeiro: Instituto Alana, 2018.